

PODER

Punição criminal para novos penduricalhos

Ministros do STF disparam decisões contra criação de verbas remuneratórias ou indenizatórias, e ameaçam com responsabilização penal, civil e administrativa

» IAGO MAC CORD

Em uma ofensiva coordenada para estancar a criação de benefícios extra-teto na elite do funcionalismo, os ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinaram a proibição absoluta de novos penduricalhos em todo o Judiciário e em funções essenciais à Justiça.

As decisões, proferidas de forma simultânea, estabelecem que qualquer verba remuneratória ou indenizatória que não esteja expressamente autorizada pela Tese de Repercussão Geral - Tema 966 está vedada, sob risco de responsabilidade penal, civil e administrativa para os que ordenarem a despesa.

Dino deu início à investida, em decisão na Reclamação (Rcl) 88.319, na qual foi enfático ao determinar o bloqueio imediato de novos gastos. "Estão absolutamente vedados a criação, a implantação ou o pagamento de quaisquer parcelas de caráter remuneratório ou indenizatório, sob qualquer rubrica (...) que não estejam expressamente autorizadas na Tese de Repercussão Geral - Tema 966", frisou.

A medida é uma reação direta a notícias de que órgãos públicos estariam tentando contornar as regras fixadas pela Corte em março passado. De acordo com as normas estabelecidas pelo STF, o teto constitucional é o subsídio mensal dos ministros da Corte, atualmente em R\$ 46.366,19.

Dentro desse regramento, as parcelas indenizatórias foram limitadas a, no máximo, 35% do teto. Contudo, os ministros também autorizaram um adicional de valorização por antiguidade que pode chegar a outros 35%, o que permite, na prática, que os ganhos totais atinjam cerca de 70% acima do teto constitucional.

O cerco jurídico define como inconstitucionais benefícios específicos que vinham sendo utilizados para inflar os contracheques, como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-combustível e licenças compensatórias por acúmulo de função que desrespeitem os novos limites.

Nesse sentido, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou, no Recurso Extraordinário (RE) 968.646, que a proibição atinge qualquer rubrica que tenha surgido ou sido mantida sem o aval explícito da tese firmada pelo tribunal.

Por sua vez, o ministro Cristiano Zanin, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.604,

Antonio Augusto/STF



O Supremo reagiu aos dribles de tribunais à decisão da Corte que proibiu novos penduricalhos

Ressalte-se a obrigatoriedade de publicarem, mensalmente, o valor exato percebido pelos seus membros, indicando as respectivas rubricas, sob pena de os gestores responderem por discrepâncias entre os valores divulgados e os efetivamente pagos"

Gilmar Mendes, decano do STF

acompanhou o entendimento, reforçando que a proibição é vinculante e que o descumprimento provoca responsabilidade direta para quem ordena as despesas.

Para garantir o cumprimento, os ministros impuseram a transparência ativa obrigatória. Tribunais, Ministérios Públicos, tribunais de contas, defensorias e advocacias públicas devem publicar, mensalmente, em seus sites, o valor exato recebido por membro e servidor, com o detalhamento de cada rubrica paga.

Sobre esse dever de transparência, o ministro Gilmar Mendes ressaltou, na ADI 6.606, "a obrigatoriedade de publicarem, mensalmente, o valor exato percebido pelos seus membros, indicando as respectivas rubricas, sob pena de os gestores responderem por discrepâncias entre os valores divulgados e os efetivamente pagos".

Conforme consta no documento assinado por Dino, a Secretaria Judiciária deve providenciar a expedição de ofícios aos chefes de todos os ramos do Judiciário e do Ministério Público com urgência, garantindo também a ciência imediata à Procuradoria-Geral da República sobre o teor das proibições.

A ofensiva ocorre em um momento de racha interno no STF. A divisão na Corte é entre o grupo articulador — composto por Moraes, Mendes e Dino — e o mais conservador, liderado por André Mendonça e Nunes Marques.

Memória

Extinção de 15 benefícios

» Em 25 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a extinção de 15 benefícios pagos à elite do funcionalismo público e manteve oito verbas indenizatórias específicas, cuja soma está limitada a 35% do teto de pagamento de servidores públicos.

» Enquanto o Congresso não editar nova legislação sobre o tema, os servidores em geral seguem vinculados ao Regime Estatutário, dentro dos limites já previstos em lei. Não há

previsão de votação de uma nova norma, sobretudo porque

» Um grupo de trabalho, composto por representantes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, está responsável por implementar, de forma coordenada, as diretrizes fixadas pelo STF. O objetivo é garantir uniformidade na aplicação das regras e fortalecer os mecanismos de controle e transparência no pagamento de subsídios e vantagens.

Câmara comemora os 200 anos

» DANANDRA ROCHA

A Câmara dos Deputados celebrou, ontem, os 200 anos de existência. Para marcar a data, houve sessão solene, com discursos em defesa da democracia, da independência institucional e do papel do Parlamento como representante direto da sociedade. A cerimônia reuniu autoridades dos Três Poderes, ex-presidentes da Casa e lideranças políticas.

Ao abrir a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), resgatou o marco histórico de 6 de maio de 1826, quando teve início a primeira legislatura da Assembleia Geral Legislativa do Brasil. Em tom institucional, destacou a responsabilidade de conduzir a Casa em um momento simbólico para o país.

Motta enfatizou que, ao longo de dois séculos, a essência do Parlamento permaneceu vinculada à defesa dos interesses da população. Segundo ele, cabe aos 513 deputados transformar demandas sociais em políticas públicas concretas. "Celebrar os 200 anos da

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



No concorrido evento, discursos de exaltação à democracia

Câmara dos Deputados é relembrar e reafirmar, antes de tudo, a razão da sua existência: servir ao povo brasileiro", disse.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ressaltou o papel histórico da Câmara na consolidação democrática do país. Ele classificou a Casa como um espaço fundamental de formação política.

"Desde os primeiros movimentos em defesa da liberdade até a promulgação da nossa Constituição Cidadã de 1988, cada avanço social, cada conquista democrática, cada passo em direção à modernidade teve, neste plenário, o seu ponto de partida", frisou, definindo a Câmara como uma "verdadeira escola de democracia".

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula corre grandes riscos, mas não poderia recusar o convite de Trump

A visita do presidente João Goulart (Jango) aos Estados Unidos, realizada em abril de 1962, é considerada um marco da deterioração das relações Brasil-EUA. Foi decisiva para o cenário de desestabilização que levou ao golpe de 1964. Embora tenha sido recebido com toda pompa por John F. Kennedy, o resultado prático foi um estrondoso fracasso econômico e político. Jango tinha a vã esperança de receber a ajuda da Casa Branca. Kennedy condicionou qualquer ajuda à adesão rígida às normas do FMI, à contenção de salários e a medidas fiscais rigorosas, algo que Jango queria evitar para não penalizar a população mais pobre.

A política de não intervenção em Cuba e o diálogo com a União Soviética e a China, na linha da política externa independente de Jango, eram o grande contencioso entre os dois países no plano internacional. Mas havia também fatores internos, principalmente a nacionalização de subsidiárias de empresas americanas (como a ITT) no Brasil, realizada por Leonel Brizola, cunhado de Jango. Os EUA não somente suspenderam os empréstimos como exigiam indenização imediata.

Após a visita, a inteligência americana (CIA) passou a monitorar e buscar brechas para derrubar Jango, considerando-o um radical pró-comunista. A partir de 1962, os EUA aumentaram o financiamento a grupos conservadores, a partidos de oposição (como a UDN) e à imprensa de direita para desestabilizar o governo. A "Operação Brother Sam" consolidou a visão de que Jango era um inimigo na América do Sul e culminou no apoio direto dos EUA ao golpe militar de 1964.

Quando o golpe ocorreu, os Estados Unidos já não eram os mesmos. O livro Tabloide Americano (Record), de James Ellroy, um romance policial noir, mostra o lado sujo da América nos anos que antecederam o assassinato do presidente Kennedy. Retrata a rede de ligações dos principais atores políticos da época: John e seu irmão Robert Kennedy, implacável perseguidor da máfia; o milionário Howard Hughes; J. Edgar Hoover, o todo-poderoso chefe do FBI; e até Frank Sinatra e Marilyn Monroe tornam-se ilustres coadjuvantes.

A Revolução Cubana e a desastrosa invasão da Baía dos Porcos, a campanha presidencial de Kennedy, a luta por direitos civis no sul do país e o jogo mais sujo do tráfico de heroína unem castristas, anticastristas, a CIA e a máfia. Ellroy descreve a cadeia de acontecimentos que culminaram na morte de Kennedy, mas não se dá ao luxo de se conformar com as versões dos fatos. Denuncia a conspiração para matá-lo.

É nesse cenário que a visita de Kennedy ao Brasil foi sucessivamente adiada. Após seu assassinato, em 1963, o vice Lyndon B. Johnson assumiu o poder e, com isso, os candidatos oposicionistas no Brasil receberam milhões de dólares nas eleições de 1962. A assistência econômica era redirecionada aos governos estaduais oposicionistas, as "ilhas de sanidade administrativa", como a antiga Guanabara, governada por Carlos Lacerda. A Embaixada dos EUA no Brasil, sob Lincoln Gordon, operou a aliança com os políticos e os militares.

Pelo telefone

Na sexta-feira, o presidente Donald Trump telefonou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A conversa foi amistosa. Trump teria dito que admira a trajetória política de Lula e comentou que pesquisou sobre a vida do presidente brasileiro. Lula, por sua vez, afirmou que queria tratar dos interesses do Brasil e dos Estados Unidos, incluindo temas relacionados a conflitos internacionais e ao papel da Organização das Nações Unidas (ONU).

Trump respondeu que tem interesse em ouvir as opiniões de Lula sobre esses assuntos e convidou-o para uma conversa no Salão Oval da Casa Branca, o que deve ocorrer hoje. Essa conversa "olho no olho" com Trump foi adiada desde a guerra no Oriente Médio. A expectativa de Lula é que a reunião possa normalizar as relações comerciais entre os dois países, após um período de incertezas e aumento de tarifas de importação.

Se o convite ocorreu de uma hora para outra, a agenda do encontro está sendo negociada pelo Itamaraty desde a primeira conversa entre ambos, por telefone, em 26 de janeiro de 2026, que durou 50 minutos. O contencioso com a Casa Branca envolve a existência do Pix, a transnacionalização do crime organizado e do narcotráfico brasileiro, a exploração de terras raras e outros minerais críticos, a geopolítica na América Latina, o Oriente Médio e a ONU e as eleições no Brasil.

Nesse ínterim, as divergências entre Lula e Trump escalaram com a tensão no cenário internacional e a aproximação das eleições, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. A guerra no Oriente Médio, episódios diplomáticos como o cancelamento do visto do assessor Darren Beattie e ruídos envolvendo a prisão e a posterior soltura do deputado cassado Alexandre Ramagem contribuíram para acirrar as contradições. A extrema-direita na Casa Branca não esconde o apoio ao senador Flávio Bolsonaro (PL), que agora rivaliza com Lula na liderança das pesquisas eleitorais.

A máxima de que esse tipo de encontro "só acontece quando tudo está resolvido" não vale para Trump. Lula corre riscos, mas não poderia recusar o convite. O resultado da conversa entre ambos depende muito da "química" entre os dois e, obviamente, da natureza das exigências de Trump e das concessões que Lula admite fazer à Casa Branca. Ou seja, o resultado é imprevisível, ainda que o petista seja tratado com toda pompa, como fora Jango.

SE O CONVITE OCORREU DE UMA HORA PARA OUTRA, A AGENDA DO ENCONTRO ESTÁ SENDO NEGOCIADA PELO ITAMARATY DESDE A PRIMEIRA CONVERSA ENTRE AMBOS, POR TELEFONE, EM JANEIRO DE 2026